

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE
2022.
(Dos Srs. Bira do Pindaré e outros)**

Solicita Informações ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, sobre o processo de coleta de dados para realização do Censo 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, o presente **PEDIDO DE INFORMAÇÃO**, solicitando informações sobre o processo de coleta de dados estatísticos para realização do Censo 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A consulta deve se dar nos seguintes termos:

- a) Qual o exato estágio em que se encontra o processo de levantamento de dados para realização do Censo 2022?
- b) Qual o número de recenseadores e agentes censitários necessários para realização do Censo 2022? Quantos foram efetivamente contratados e qual o déficit atual?
- c) A que se deve o déficit de recenseadores contratados?
- d) Quantos contratos de recenseadores e censores foram rescindidos? Quais as razões para as rescisões?
- e) Há denúncias de problemas de segurança, ameaças, agressões, assédio verbal e sexual sofridos por recenseadores durante as pesquisas. Que medidas estão sendo tomadas para proteção dos recenseadores e para prevenção desse tipo de



ato? Existem canais no IBGE para recebimento de reclamações dessa natureza? Há apuração de casos?

f) No início de setembro recenseadores realizaram greve em razão de péssimas condições de trabalho e de segurança, além de atrasos nos repasses de auxílio-deslocamento, pagamentos e remuneração de treinamento. A que se devem os atrasos de remuneração? Que medidas foram efetivamente implementadas para a melhoria dos procedimentos de rotina de pagamentos?

g) Qual o percentual de recusa de entrevistados em responder e qual o percentual de multas aplicadas?

h) Que ações de divulgação do Censo 2022 e de sensibilização da população para receber bem os recenseadores foram conduzidas até o momento? Que ações estão previstas para os próximos meses? Qual o orçamento destinado a essas ações?

i) Qual a avaliação do IBGE sobre a qualidade dados já coletados?

j) Há riscos de novos adiamentos da coleta de dados do Censo?

k) Em que medida os problemas até aqui verificados no Censo 2022 podem afetar os prazos, planejamento e abrangência dos dados do Censo agropecuário a ser realizado?

l) Haverá necessidade de recomposição de verba para realização do Censo? Em que montante?

m) Há ameaça ao cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Ação Cível Originária 3.508, de maio de 2021, que determinou que a União adotasse medidas administrativas necessárias para realização do Censo em 2022?



JUSTIFICATIVA

A coleta para o Censo Demográfico 2022 nos 5.570 municípios do país começou no último mês de agosto. Durante o processo, recenseadores do IBGE deverão visitar 89 milhões de endereços, sendo 75 milhões de domicílios. A estimativa é de que sejam contadas cerca de 215 milhões de pessoas.

Trata-se de uma das maiores operações censitárias do mundo, com 452.246 setores censitários urbanos e rurais, 5.972 localidades quilombolas, 624 terras indígenas, 11.400 aglomerados subnormais e 5.778 grupamentos indígenas. O levantamento de dados permite traçar um retrato abrangente do país. Além da contagem populacional, a pesquisa traz informações sobre condições de vida, emprego, renda, acesso a saneamento, saúde e escolaridade, entre outros, essenciais à orientação de políticas públicas.

Programado para ser realizado inicialmente em 2020, o Censo foi adiado em razão da pandemia, e novamente adiado em 2021 por questões orçamentárias. Inicialmente, o orçamento pedido pelo IBGE para realizar o Censo era de R\$ 3,4 bilhões, mas, após pressão do governo federal, o instituto teve que enxugar a pesquisa, e o custo passou para cerca de R\$ 2 bilhões. O Orçamento da União aprovado, no entanto, destinou apenas R\$ 71 milhões para a pesquisa – menos de 5% do custo acordado. O episódio gerou a renúncia, em abril de 2019, da então Presidente do Instituto, Susana Cordeiro Guerra, substituída por Eduardo Rios Neto¹.

1 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/26/presidente-do-ibge-deixa-o-cargo.ghtml>



Após determinação do Supremo Tribunal Federal, o IBGE passou a contar com um orçamento de cerca de [R\\$ 2,3 bilhões](#). Na ação dirigida ao Tribunal, o Estado do Maranhão requereu que o mapeamento fosse realizado em 2021, com o argumento de que a falta de dados sobre a população causaria dificuldade para a formulação e a execução de políticas públicas. O Tribunal decidiu pela adoção de providências a viabilizarem a pesquisa demográfica em 2022.

Com o orçamento 26% menor do que o necessário, o IBGE iniciou no mês de agosto deste ano o recenseamento, com previsão de término em outubro. Porém, no último dia 3 de outubro, o diretor de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Cimar Azeredo, anunciou o adiamento do fim da coleta de dados do Censo Demográfico de 2022, postergado para dezembro.

Como principal razão, Azeredo aponta a falta de recenseadores para realização do levantamento de dados. Segundo matéria do G1², o IBGE conta atualmente com apenas 52% ocupação do total de vagas disponíveis. Com isso, o Censo avança a passos lentos. Até dia 3 de outubro, teriam sido contados [104,4 milhões de habitantes](#), o que corresponde a 48% da população estimada (215 milhões de pessoas). A título comparativo, em 2010, após 57 dias de coleta de dados, 87% dos brasileiros já haviam sido recenseados³.

² <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/10/03/ibge-adia-fim-de-coleta-do-censo-por-falta-de-recenseadores.ghml>

³ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/10/03/ibge-adia-fim-de-coleta-do-censo-por-falta-de-recenseadores.ghml>



Ao que tudo indica, a falta de recenseadores decorre diretamente de condições de trabalho absolutamente precárias e inadequadas. É o que informa a matéria de Gabriela Bulhões publicada no portal Uol Economia no último dia 04 de outubro⁴. Segundo Bulhões, os trabalhadores temporários contratados para coleta de dados realizaram greve em razão de atraso no pagamento de setores já concluídos, nos repasses do auxílio-deslocamento e na remuneração referente ao período de treinamento.

Os recenseadores afirmam ainda sofrer assédio verbal e ameaças durante as pesquisas. Além de insegurança ou dúvidas sobre a legitimidade do profissional que tenta fazer o questionário do Censo 2022, perguntas sobre o sexo, raça ou número do CPF deixam as pessoas exaltadas. Os profissionais relatam ainda assalto aos equipamentos e perseguição pessoal, como o caso de uma recenseadora que teve seu telefone pessoal descoberto e sofreu ameaças diretas⁵.

Os recenseadores se deparam ainda com um alto índice de recusa por parte dos entrevistados, que se manifesta muitas vezes de forma agressiva, com insultos e grosseria⁶. A situação é decorrente de ausência de divulgação sobre o censo, com o consequente desconhecimento da população sobre a pesquisa e função dos agentes que estão em campo. Em nota, o sindicato dos servidores do IBGE manifestou-se sobre o assunto:

4 <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/10/04/censo-2022-problemas-para-contratar-recenseadores.htm>

5 <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/08/18/ibge-recenseadores.htm>

6 <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/08/23/grosseria-recusa-e-assedio-os-problemas-enfrentados-pelos-recenseadores-em-uberlandia-e-uberaba.ghtml>



“O corte de R\$ 800 milhões tanto determinou a piora na remuneração do recenseador em relação ao previsto originalmente, quanto inviabilizou uma divulgação mais ampla da pesquisa, o que dificulta o trabalho. Sem saber sobre o Censo, sem estar confiante sobre o que ele é e como é feito, uma parte da população não tem aberto a porta para os recenseadores e em alguns casos até age agressivamente contra eles. Sem recomposição do orçamento, o IBGE não vai conseguir terminar o Censo com qualidade”⁷.

⁷ <https://www.paginaunica.com.br/brasil/por-falta-de-divulgacao-muita-gente-desconhece-o-censo-do-ibge-e-recusa-dar-informacao-aos-agentes-desconfiados-muitos-moradores-nao-abrem-a-porta-para-os-recenseadores/40350>



Passados dois meses do início da coleta de dados, quando os trabalhos deveriam estar sendo concluídos, o IBGE anunciou a criação do Dia Nacional de Divulgação e Disseminação do Censo 2022, marcado para o dia 8 de outubro⁸, evidenciando o atraso e total falta de investimento em ações essenciais para a adesão à pesquisa e conclusão do Censo.

Os fatos descritos, amplamente noticiados, devem ser apurados de maneira a evitar que se coloque em risco a execução e conclusão do Censo 2022, o que levaria a prejuízos imensuráveis, com impacto direto no planejamento e gestão do Estado, em suas instâncias federal, estadual ou municipal. É por meio do Censo que se pode conhecer o país e sua população para melhor se aplicar recursos, planejar ações, estudar e propor políticas e, inclusive, prever problemas sociais e ambientais e fundamentar investimentos públicos e privados.

Retratar o Brasil que está entrando numa nova década é um desafio para o IBGE. Qual é o tamanho da população brasileira? Em que condições vive? Como se distribui no Território Nacional? Qual é o nível de escolaridade de nossas crianças e jovens? Quais as condições de emprego e renda da população?

Há mais uma importante questão que deriva do censo demográfico: o Fundo de Participação dos Municípios. Há um número considerável de municípios no país, sobretudo nas porções mais pobres dele, dependentes quase que exclusivamente do FPM, os quais têm seu cálculo de repasse baseado no tamanho populacional do Município.

⁸ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/10/06/ibge-anuncia-evento-nacional-para-estimular-populacao-a-responder-ao-censo-2022.ghtml>



Sem dados atualizados sobre as condições de vida das populações municipais, critérios políticos e eleitorais acabam se sobrepondo a critérios socioeconômicos na distribuição de recursos públicos. É o que se observa com uso do chamado "Orçamento Secreto", modelo criado no Governo Bolsonaro para garantir apoio no Congresso e que transferiu mais de R\$ 53 bilhões ao longo dos últimos dois anos. Por meio desse sistema, prefeituras com relações privilegiadas com o chamado "Centrão", comandado pelo Presidente da Câmara Arthur Lira, têm recebido enormes recursos sem qualquer publicidade e transferência. Paralelamente, cidades sem representantes no Congresso foram transformadas em "Desertos Políticos". O Fenômeno foi revelado em matéria do jornal Estadão, que identificou 179 Municípios nos quais vivem 1,2 milhões de pessoas nas regiões mais pobres e menos desenvolvidas dos Estados⁹.

A ausência de Censo Demográfico atualizado também impactou diretamente as pesquisas eleitorais durante a campanha de 2022, que apresentaram resultados de intenção de votos variados, muitas vezes distantes dos resultados das eleições. A ausência de dados atualizados do Censo Demográfico, leva a critérios variados para estimar certas categorias, o que impacta a definição de amostras representativas da população. Segundo Thomas Traumann¹⁰ os resultados diferentes das pesquisas se deve à falta de dados sobre eleitores que vivem com menos de 2 salários mínimos e ainda percentual de evangélicos, entre outros.

9 <https://www.estadao.com.br/politica/desertos-politicos-cidades-que-votaram-em-candidatos-derrotados-nao-receberam-orcamento-secreto/>

10 https://twitter.com/traumann/status/1567848325335990272?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1567848325335990272%7Ctwgr%5E07d4052d1d48e6e11a673d500ab5e38979b27bf8%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.estadao.com.br%2Fpolitica%2Fa-falta-do-censo-demografico-afeta-pesquisas-eleitorais%2F



Por fim, convém resgatar trecho do voto do Ministro Marco Aurélio, em decisão liminar no âmbito da Ação Cível Originária 3.508, de maio de 2021, que determinou a adoção de providências imediatas para realização do Censo 2022:

“O censo, realizado historicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, permite mapear as condições socioeconômicas de cada parte do Brasil. E, então, o Executivo e o Legislativo elaboram, no âmbito do ente federado, políticas públicas visando implementar direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Como combater desigualdades, instituir programas de transferência de renda, construir escolas e hospitais sem prévio conhecimento das necessidades locais?

A União e o IBGE, ao deixarem de realizar o estudo no corrente ano, em razão de corte de verbas, descumpriram o dever específico de organizar e manter os serviços oficiais de estatística e geografia de alcance nacional – artigo 21, inciso XV, da Constituição de 1988. Ameaçam, alfim, a própria força normativa da Lei Maior.

Surge imprescindível atuação conjunta dos três Poderes, tirando os compromissos constitucionais do papel. No caso, cabe ao Supremo, presentes o acesso ao Judiciário, a aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais e a omissão dos réus, impor a adoção de providências a viabilizarem a pesquisa demográfica”.



O Censo Demográfico 2022 marcaria 150 anos do primeiro recenseamento feito no país, ainda no Império. Desde 1940 o IBGE realiza os Censos com extrema competência, sendo reconhecido internacionalmente pela qualidade de seus técnicos na coleta, sistematização, organização e divulgação de dados e informações, bem como na análise demográfica e espacial. Esse trabalho de excelência está sendo colocado em cheque pelo atual Governo, que se esforça em ocultar da população seu próprio retrato.

DITO ISSO e considerando o princípio da transparência, da eficiência e da moralidade, que devem reger todos os atos da administração pública, temos que os brasileiros devem ter acesso a informações reais e esclarecedoras sobre o Censo 2022, realizado pelo IBGE, e mais especificamente sobre eventuais riscos para sua conclusão ainda este ano.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 2022.

Deputado Bira do Pindaré
PSB/MA

***Demais autores assinam digitalmente.**





Requerimento de Informação **(Do Sr. Bira do Pindaré)**

Solicita Informações ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, sobre o processo de coleta de dados para realização do Censo 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Assinaram eletronicamente o documento CD221515795700, nesta ordem:

- 1 Dep. Bira do Pindaré (PSB/MA) *-(p_7695)
- 2 Dep. Lídice da Mata (PSB/BA)
- 3 Dep. Milton Coelho (PSB/PE)
- 4 Dep. Heitor Schuch (PSB/RS)
- 5 Dep. Professor Israel Batista (PSB/DF)
- 6 Dep. Vilson da Fetaemg (PSB/MG)
- 7 Dep. Tabata Amaral (PSB/SP)
- 8 Dep. Denis Bezerra (PSB/CE)
- 9 Dep. Cássio Andrade (PSB/PA)
- 10 Dep. Gonzaga Patriota (PSB/PE)
- 11 Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ)
- 12 Dep. Camilo Capiberibe (PSB/AP)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

